



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

RONIVON AGOSTINHO DE SANTANA

**DISCUTINDO AS ATIVIDADES DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 9º
ANO**

**MACEIÓ, AL
2022**

RONIVON AGOSTINHO DE SANTANA

**DISCUTINDO AS ATIVIDADES DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 9º
ANO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao curso de Geografia, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do certificado de conclusão de curso.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos.

**MACEIÓ, AL
2022**

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S232d Santana, Ronivon Agostinho de.
Discutindo as atividades do livro didático de geografia do 9º ano / Ronivon Agostinho de Santana. – 2022.
55 f. : il. : color.

Orientadora: Maria Francineila Pinheiro dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 53-55.

1. Plano Nacional do Livro Didático (Brasil). 2. Geografia - Livro didático. 3. Geografia - Estudo e ensino. I. Título.

CDU: 911:371.671

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ronivon Agostinho de Santana

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do certificado de conclusão de curso.

Aprovado em: 13 /12/ 2022

Prof^a. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Prof^a. Dra. Gilcileide Rodrigues da Silva (1º examinador)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Prof. Dra. Mariana Guedes Raggi (2º examinador)
Universidade Federal de Alagoas - UFAL

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, e a intercessão de Nossa Senhora, pois me deram a força necessária para conclusão deste trabalho.

Agradeço também aos meus pais pelo incentivo de sempre desde o início do curso e que sempre se alegraram com essa conquista.

Agradeço à minha orientadora Maria Francineila Pinheiro dos Santos, pelas orientações e valiosas contribuições para a realização deste trabalho.

Aos amigos, que me ajudaram de diversas formas do início até o fim da minha graduação, que Nosso Senhor Jesus Cristo seja a recompensa de cada um.

Agradeço também, ao meu amigo e irmão, Marcelo pelo grande apoio para que este trabalho fosse concluído.

RESUMO

Este trabalho faz uma análise dos exercícios presentes em um livro didático de Geografia do 9º ano do Ensino Fundamental (Araribá Mais Geografia da Editora Moderna do ano de 2018), assim como discorre acerca da importância deste recurso em sala de aula, tendo em vista que o livro escolar apresenta mais facilidade de acesso aos alunos da rede pública de ensino. Ademais, aborda-se sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); de como é importante a escolha de um livro e também a participação dos professores para escolha do mesmo, visto que se trata de um material que será utilizado por eles em sua prática pedagógica. Outrossim, abordou-se algumas questões referentes às formas de como utilizar este recurso didático nas aulas de Geografia, a fim de, de forma didática, enriquecer ainda mais a aula. A pesquisa para realização deste trabalho foi realizada através dos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico, ou seja, leituras de artigos, livros e trabalhos acadêmicos. Os resultados das análises da referida coleção foram satisfatórios, pois trazem consigo a criticidade, dando oportunidade de o aluno responder não de forma automática. A importância deste trabalho é proporcionar um olhar crítico para as atividades que são propostas pelo livro, utilizando-se das mesmas para contribuição no processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Livro Didático de Geografia. PNLD. Ensino de Geografia.

ABSTRACT

This work analyzes the exercises present in a Geography textbook for the 9th grade of Elementary School (Araribá Mais Geografia da Editora Moderna, 2018), as well as discusses the importance of this resource in the classroom, considering that the school book presents easier access to public school students. Furthermore, it addresses the National Textbook Program (PNLD); how important it is to choose a book and also the participation of teachers in choosing it, since it is a material that will be used by them in their pedagogical practice. Furthermore, some questions were addressed regarding ways of using this didactic resource in Geography classes, in order to, in a didactic way, further enrich the class. The research for carrying out this work was carried out through the following methodological procedures: bibliographic survey, that is, readings of articles, books and academic works. The results of the analyzes of that collection were satisfactory, as they bring criticality, giving the student the opportunity to answer no automatically. The importance of this work is to provide a critical look at the activities proposed by the book, using them to contribute to the teaching-learning process.

Keywords: Book of Geography. Criticality of activities. School geography. History of the textbook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os primeiros livros didáticos.....	12
Figura 2 – Livro Matemática – Curso Ginasal, 2º Fase 1930 – 1970.....	13
Figura 3 – Livro Infância Brasileira – Curso Ginasal, 2º Fase 1930 – 1970.....	14
Figura 4 – Utilização dos livros didáticos nas escolas.....	23
Figura 5 – Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna.....	41
Figura 6 - Capítulo 1 – O capitalismo, o socialismo e suas características (2018)	42
Figura 7 – Unidade II – Globalização, sociedade e meio ambiente (2018).....	43
Figura 8 – Unidade II – Globalização, sociedade e meio ambiente (2018), continuação.....	44
Figura 9 – Unidade II – Questão 1.....	45
Figura 10 – Unidade II – Questão 2.....	46
Figura 11 – Capítulo 6 – Europa: economia e população (2018)	46
Figura 12 – Capítulo 10 – O continente asiático (2018).....	48
Figura 13 – Capítulo 13 – Japão e Tigres asiáticos (2018)	49
Figura 14 – Capítulo 16 – Oceania: Quadro natural e sociedade (2018. p. 239)....	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Componentes Curriculares.....	21
Quadro 2 – Histórico do PNLD.....	24
Quadro 3 – PNLD anos 80 e 90	24
Quadro 4 – PNLD anos 90	25
Quadro 5 – PNLD anos 2000	26
Quadro 6 – Coleções dos livros didáticos de Geografia do EF aprovados no PNLD 2020	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. OS LIVROS DIDÁTICOS EM EVIDÊNCIA	11
1.1 Programa nacional do livro didático.....	17
1.2 Histórico do Plano Nacional do Livro Didático (PNDL).....	21
2. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA.....	29
3. ANÁLISE DAS ATIVIDADES DO LIVRO DIDÁTICO DO 9º ANO	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

A justificativa para escolha do tema se deu a partir das observações feitas durante meu período de estudos na rede pública de ensino, onde, éramos submetidos a responder algumas atividades ou exercícios retirados do livro didático, de forma monótona, o que não despertava o pensamento crítico e não trazia questionamentos importantes, ou seja, apenas respondíamos de maneira mecânica. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir algumas atividades presentes em um livro didático de Geografia do 9º ano.

O trabalho traz uma breve abordagem teórica sobre o Ensino de Geografia, a Geografia escolar, como também o livro didático enquanto ferramenta pedagógica e, mais especificamente, o livro didático de Geografia dentro da sala de aula; como suas escolhas são feitas até chegar nas escolas. Para os aportes teóricos, optamos por dialogar com Callai (2013), Cavalcanti (2002) e Silva (2014), dentre outros utilizados ao decorrer do trabalho.

A pesquisa para realização deste trabalho foi realizada através dos seguintes procedimentos metodológicos, levantamento bibliográfico, leituras de artigos, livros e trabalhos acadêmicos, como também elaboração de quadros e busca de imagens de livros antigos, tendo como base o portal do Ministério da Educação e outras pesquisas exploratórias.

Dado o exposto, para uma melhor compreensão do leitor, faz-se necessário pontuar que o referido Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está organizado a partir de três capítulos. No primeiro capítulo, abordamos o histórico sobre o livro didático. No segundo, discorre sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), além de um breve histórico sobre o livro didático de Geografia do Ensino Fundamental. No terceiro e último capítulo, por sua vez, são apresentados aspectos relacionados às atividades propostas por uma determinada coleção, analisando os exercícios que o exemplar disponibiliza e que, conseqüentemente, podem ser utilizados pelo professor em sala de aula.

Por fim, evidencia-se a importância do tema aqui abordado, visto que este trabalho discorre acerca da relevância dos exercícios como complementos para o processo de ensino e aprendizagem, em que as atividades não devem ter respostas prontas, mas que o aluno possa buscar, de maneira crítica e autônoma, possíveis respostas, assim como destacar o papel do professor, como principal chave para

utilizar estas atividades em sala de aula, em compreender a importância de cada atividade e utilizá-las/adaptá-las com vistas à realidade do aluno e sua formação plena.

1. OS LIVROS DIDÁTICOS EM EVIDÊNCIA

Ao longo dos anos, os livros, de um modo geral, passaram por diversas mudanças e em 1818, 10 anos depois de ter sido criada para imprimir jornais, livros ou panfletos, a Imprensa Régia produziu a primeira obra para a escola básica: *Leitura para os meninos*, com “histórias morais, relativas aos defeitos ordinários às idades tenras, e um diálogo sobre a geografia, cronologia, história de Portugal e história natural” (BITTENCOURT, 2019, p.1), do engenheiro militar e político José Saturnino da Costa Pereira (1771-1852). Nessa época, já circulava no Brasil e em Portugal uma tradução de *Tesouro dos meninos*, “com ensinamentos de moral e boas maneiras” (BITTENCOURT, 2019, p. 01), impresso no final do século XVIII, em Lisboa, escrito pelo padre francês Pierre Louis Blanchard (1758-1829) e traduzido pelo português Mateus José da Rocha.

Nessa seara, cabe frisar que alguns autores dizem que o livro didático sempre fez parte da cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa.

Sua origem está na cultura escolar, mesmo antes da invenção da imprensa no final do século XV. Na época em que os livros eram raros, os próprios estudantes universitários europeus produziam seus cadernos de textos. Com a imprensa, os livros tornaram-se os primeiros produtos feitos em série e, ao longo do tempo a concepção do livro como “fiel depositário das verdades científicas universais” foi se solidificando (GATTI JÚNIOR, 2004, p. 36).

Destarte, “Os livros didáticos inicialmente priorizavam a formação dos professores, que os usavam para preparar as aulas” (BITTENCOURT, 2019, p. 2). Ainda segundo Bittencourt, era comum que intelectuais e políticos organizassem ou escrevessem os livros escolares, sendo uma forma de garantir que o conteúdo saísse ao gosto do Império.

No século XIX, o livro didático surgiu como um adicional à Bíblia, até então, o único livro aceito pelas comunidades e usado nas escolas. Somente por volta de 1847, os livros didáticos passaram a assumir um papel de grande importância na aprendizagem e na política educacional. Os primeiros livros didáticos, escritos sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados. (OLIVEIRA *et al.*, 1997, p. 26).

O Escola Brasileira, ou Instrução útil a todas as classes, extraída da Sagrada Escritura para uso da mocidade, em dois volumes, foi escrito pelo senador José da

Silva Lisboa (1756-1835), o visconde de Cairu. Os dois livros inauguraram o gênero atualmente mais vendido no país, que, por sua vez, apoia-se inteiramente na Bíblia, com conselhos como este: “O coração duro será oprimido de males no fim da vida; e o que ama o perigo perecerá nele. O coração que anda por dois caminhos, não será bem-sucedido; e o depravado de coração neles achará o seu tropeço” (SCHMIDT, 2021, online). O senador Lisboa argumentava que as classes populares deveriam ler bons livros, com ensinamentos de moral e fé, o que os levaria a se protegerem contra ideias como as que desencadearam a Revolução Francesa (1789-1799), caso lessem o que chamava de maus livros (SCHMIDT, 2021).

Figura 1 – Os primeiros livros didáticos.



Fonte: Revista Pesquisa Fapesp (2021).

Das obras supracitadas, os quais apresentam diferentes abordagens, *O livro do povo*, de 1863, destacou-se e foi um best-seller nacional (SCHMIDT, 2021). Com criação dos grupos escolares, na fase republicana, a escola primária foi dividida em séries, que atualmente são chamadas de anos, e foram introduzidos novos conteúdos e métodos de ensino que, de maneira ainda parcial, foram incorporados em algumas obras da época. Uma das novidades era a formação moral dos alunos.

A nacionalização dos livros didáticos pode ser percebida não apenas pelo conteúdo, mas também pela forma como passaram a ser produzidos. Com isso, as novas técnicas para confecção de livros eram rapidamente incorporadas pelos editores que podiam aperfeiçoar, especificamente, os aspectos relativos à questão de ilustrações, por exemplo, sendo um dos aspectos fundamentais dos livros escolares, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 - Livro Matemática – Curso Ginasial, 2º Fase 1930 – 1970.



Fonte: Bittencourt (2019).

No decorrer da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, foram feitas reformas educacionais que atingiram todo o país. Além disso, multiplicaram-se as cartilhas de alfabetização de acordo com os novos métodos. A tendência de uma centralização do livro didático foi marcada pela criação do Conselho Nacional do Livro Didático (CNLD), onde se passou a analisar as obras quanto aos aspectos de conteúdo (BITTENCOURT, 2019).

No ano de 1970, ocorreram várias mudanças na política nacional, isto devido a instalação do regime militar em 1964 e também das transformações sociais provocadas pela intensa migração das áreas rurais para os centros urbanos. Esses fatores conduziram a novas políticas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4024, de 1961, já havia proporcionado uma nova fase da expansão escolar, considerando também a necessidade de uma rede de ensino, ou uma escola para todos os setores sociais, tendo em vista que o país ainda apresentava uma altíssima taxa de analfabetismo (BITTENCOURT, 2019).

Além disso, houve muita censura e também falta de liberdade nos temas abordados nos livros didáticos.

A questão da compra e distribuição de livros didáticos recebeu tratamento específico do poder público em contextos diferenciados - 1966, 1971 e 1976 -, todos marcados, porém, pela censura e ausência de liberdades democráticas. De outra parte, esse momento foi marcado pela progressiva ampliação da população escolar, em um movimento de massificação do ensino cujas consequência, sob o ponto de vista da qualidade, acabariam por deixar marcas indeléveis no sistema público de ensino e que persistem como o seu maior desafio. Neste contexto particular, destaca-se o peso da interferência

de pressões e interesses econômicos sobre a história ensinada, na medida em que os governos militares estimularam, por meio de incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional que exerceram papel importante no processo de massificação do uso do livro didático no Brasil (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 125)

Com isso, percebemos que os livros didáticos foram se aperfeiçoando ao longo dos tempos, desde a questão de estrutura, até os conteúdos, para que o processo de ensino e aprendizagem pudesse acontecer. Porém, as questões de imagens que vinham contidas no livros, muitas vezes, tinham caráter pedagógico, conforme mostra a Figura 3. Contudo, muitas delas serviam também para aumentar as vendas dos livros.

Figura 3 – Livro Infância Brasileira – Curso Ginásio, 2º Fase 1930 – 1970.



Fonte: Bittencourt (2019).

Além disso, conforme Gatti Júnior (2004):

Possibilita a melhoria do padrão estético dos mesmos. O uso das cores é uma marca dos livros destinados ao ensino fundamental, em que existem mais ilustrações, boxes e outros recursos de edição e formatação do texto. Os livros destinados ao ensino médio eram à época mais despojados que os primeiros. Neles, o privilégio sempre esteve no texto escrito e não nas filigranas e ilustrações (GATTI JÚNIOR, 2004, p. 106).

Sendo assim, o livro didático, como um todo, é importante, desde os conteúdos até suas ilustrações, a fim de que haja um melhor aprendizado em sala de aula, ou seja, um livro com ilustrações para as séries iniciais faz com que haja

um melhor entendimento do aluno e compreensão do assunto, como também tende a despertar o interesse do educando.

Dando continuidade à questão de produção do livro didático, conforme abaixo, na década de 1960 aos anos 90, a forma de produção dos livros didáticos passa de artesanal para industrial, por causa da demanda do mercado.

A preocupação central da sociedade e do Estado é construir uma educação básica de qualidade, é imprescindível aprimorar a política nacional do livro didático. Para isso é preciso aprofundar o processo de avaliação permanente da produção disponível no mercado. O Estado e as escolas públicas e privadas, os maiores compradores, devem exigir seus direitos como consumidores exigentes, propondo mudanças qualitativas às editoras, inclusive exigindo revisão ou retirando do mercado os livros desatualizados, dos que contenham erros conceituais e dos que veiculem preconceitos raciais, políticos e religiosos (FONSECA, 2004, p. 57).

As variações de qualidade, tanto na forma quanto no conteúdo deste material, dominavam a produção e isso se verificava pela enorme variedade de títulos que estavam disponíveis para todos os níveis de ensino. Com isso, uma nova geração de autores também surgiu acompanhada de uma efetiva profissionalização do trabalho de autoria, considerando que as possibilidades de vendas de um determinado produto cultural bastante lucrativo para todos que tivessem envolvidos no processo de confecção do mesmo.

As políticas públicas educacionais no ano de 1990 foram marcadas por um novo momento na história do livro didático brasileiro. A implantação de uma política de compra e também de distribuição de livros para todos os alunos das redes de ensino pública do Brasil foi determinante na configuração das obras didáticas (BITTENCOURT, 2019)

Sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), este foi criado no ano de 1985, mas foi apenas efetivado após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, em 1996, depois de tomadas as medidas iniciais que visavam à aquisição e distribuição de livros para todos os alunos do ensino fundamental (BITTENCOURT, 2019).

Porém, Bezerra e De Luca (2006), por sua vez, salientam que o mesmo precisa ser compreendido como:

Elemento importante na construção do saber escolar e do processo educacional espera-se que contribua para o aprimoramento da ética,

imprescindível ao convívio social e à construção da cidadania. Nesse sentido, há que se verificar, nos textos e nas atividades, a existência de uma real preocupação em despertar no aluno a prática participativa, a sociabilidade, a consciência política, enfim, a cidadania, entendida em seu sentido mais amplo (BEZERRA; DE LUCA, 2006, p. 37).

Isso por que vários problemas estavam sendo detectados inerentes à qualidade dos livros didáticos, sendo que avaliações governamentais apontaram relativas a preconceitos, livros com conteúdos ou assuntos desatualizados e também erros conceituais. Sendo assim, a partir desse período, o PNLD, além de organizar uma política de aquisição e distribuição, também se encarregou da avaliação sistemática do livro didático. Com o fluxo assegurado de recurso, o Governo Federal passou então a organizar o sistema de avaliações de todos os livros didáticos a serem indicados para a seleção dos professores.

Sendo assim, percebe-se o quão importante se faz a avaliação deste componente importante para o processo de ensino e aprendizagem, para que o mesmo não chegue à sala de aula com cunhos de ofensas e também de conteúdos que não contribuam para a formação criticidade do estudante.

Esse processo de avaliação tornou-se constante, promovido por especialistas de diferentes áreas, advindos de universidades públicas. A partir dos pressupostos dos avaliadores, expressos em documentos oficiais, estes se tornaram modelo para os autores e editoras. Por este motivo, desse tempo em diante, todos os livros deveriam passar por este processo de avaliação, de acordo com as normas do Ministério da Educação, sendo apresentados em forma de coleção e acompanhados do livro do professor.

A avaliação da materialidade também se tornou algo importante, devido sua durabilidade ser de três anos. Nesse ínterim, anualmente é realizada uma redistribuição de livros didáticos. Paginação, conteúdos e atividades de aprendizagem são avaliados e, desta forma, tantos os autores quanto os editores devem seguir os padrões e critérios exigidos.

Deste modo, a escolha do livro didático deve ser feita com muito cuidado e também com muita responsabilidade, tanto da escola como o corpo professor.

O livro didático torna-se uma das mercadorias mais vendidas no campo da indústria editorial. Daí a preocupação do Estado e das editoras em publicar os livros que estivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares de História, Geografia e demais

disciplinas. Uma outra novidade, visando à aceitação maior do livro didático, foi o lançamento dos manuais dos professores, pela Editora Ática, em meados dos anos 60. Estes manuais, além de trazerem a resolução de todos os exercícios propostos, forneciam (e alguns ainda o fazem) os planejamentos anuais e bimestrais prontos para o professor (FONSECA, 1994, p. 139).

Em 2004, foi criado o Programa Nacional de Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e, com isso, passaram a ser feitas aquisições de obras para bibliotecas escolares ou obras de consulta, notadamente os dicionários.

Atualmente, a produção desses livros escolares abrange uma equipe complexa para sua elaboração. Logo, além dos autores, participam do livro vários técnicos, como, por exemplo, revisores, pesquisadores iconográficos, programadores visuais, entre outros. A longa trajetória do livro didático tem mostrado grandes transformações na forma e nos conteúdos, mas um aspecto importante sempre permanece: seu uso depende do professor como propagado do conhecimento, como discutiremos mais adiante.

1.1 Programa nacional do livro didático

O atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) substitui o Programa do Livro Didático Para o Ensino Fundamental (PLIDEF), em 1985, com a edição do decreto nº 91.542, de 19/8/85. Ele instituiu alterações significativas, especialmente nos seguintes pontos (FNDE, 2008; CASSIANO, 2003):

- Garantia do critério de escolha do livro pelos professores;
- reutilização do livro por outros alunos em anos posteriores, tendo como consequência a eliminação do livro descartável;
- aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- extensão da oferta aos alunos de todas as séries do ensino fundamental das escolas públicas e comunitárias;
- aquisição com recursos do governo federal, com o fim da participação financeira dos estados, com distribuição gratuita às escolas públicas.

A continuação, é possível observar um breve histórico do PNLD durante alguns anos. Para tanto, destacamos as dez principais etapas da evolução do PNLD em 80 anos.

1938: O embrião do programa foi a criação, pelo Ministério da Educação, da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Um decreto estabeleceu condições para a produção, importação e utilização do livro didático. Só em 1966, no entanto, a política de distribuição gratuita de livros didáticos começou com alguma consistência, com recursos para a entrega de 51 milhões de livros em três anos;

1983: Com nomes diferentes, administrados por órgãos diversos e com financiamento de fontes distintas, a iniciativa de oferecer material didático aos estudantes brasileiros patinou durante vários anos. Houve, então, um avanço considerável. Entre as principais mudanças nesse ano estavam a participação dos professores na escolha do livro didático, o surgimento de novas fontes de recursos e a ampliação de séries atendidas;

1985: O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) deixa de existir por decreto e é criado o PNLD, que traz com ele importantes avanços, como: a) a indicação da obra didática pelos professores; b) a reutilização do livro e; c) o aperfeiçoamento das especificações técnicas, aumentando a durabilidade do material e; d) o fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo para um órgão federal;

1993: Após sofrer um drástico recuo no ano anterior em razão de falta de recursos, com restrição de atendimento apenas até a quarta série, uma resolução deu novo alento ao programa. Ela vinculou recursos para a aquisição dos livros didáticos, criando, assim, um fluxo regular de verbas para a sua compra e distribuição. No ano seguinte, veio outro avanço: a definição de critérios para a avaliação dos livros didáticos;

1995: De forma gradativa, volta a universalização da distribuição do livro didático no ensino fundamental. Em 1995, são contempladas as disciplinas de matemática e língua portuguesa. Em 1996, a de ciências e, em 1997, as de geografia e história;

1996: É iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1ª a 4ª série. Os

livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos. Esse procedimento foi aperfeiçoado, sendo aplicado até hoje;

1997: A responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa cresce, e o MEC começa a comprar regularmente e sem interrupções livros didáticos das principais disciplinas para todos os alunos de primeira a oitava séries do ensino fundamental público;

2004: O atendimento aos alunos do ensino médio começou paulatinamente, mas sem recursos a partir de então. Nesse seu primeiro ano de execução, o MEC adquiriu livros de matemática e português para os alunos do primeiro ano das regiões Norte e Nordeste;

2010: Passam a valer novas regras para participação no PNLD. As redes públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para receber os livros didáticos. Livros de língua estrangeira são incluídos na distribuição aos alunos do sexto ano do ensino fundamental. Os estudantes do ensino médio também passam a receber livros de inglês e de espanhol, além de obras de filosofia e sociologia;

2017: Decreto unifica as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, antes contempladas pelo PNLD e pelo PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola). Com nova nomenclatura, o PNLD viu sua abrangência ampliada com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa, como softwares e jogos educacionais.

O PNLD tem como foco principal o ensino fundamental como público, incluindo também as classes de alfabetização infantil, e assegura a gratuidade dos livros. De acordo com o programa, cada aluno tem direito a um exemplar das disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, que serão estudadas durante o ano letivo. Aos estudantes do primeiro ano, por sua vez, é destinada também uma cartilha de alfabetização.

A escolha do livro didático é feita pelos professores das escolas públicas de todo o Brasil. Esta escolha é feita por meio do Guia do Livro Didático, em que se têm a oportunidade de escolher os livros de sua preferência para serem trabalhados pelo período de três anos, sendo que o livro escolhido só poderá ser substituído por outro título no próximo PNLD.

Faz-se importante ressaltar também que a partir de 2019 os livros didáticos passaram a ser impressos em braile e letras ampliadas em português. O programa garante que estudantes portadores de deficiência visual matriculados em escolas públicas tenham pleno acesso ao conteúdo. A distribuição dos exemplares é realizada com base nas matrículas informadas pelo Censo Escolar do ano anterior. Os livros acessíveis não são consumíveis, portanto, podem ser utilizados por outro estudante no ano seguinte.

Conforme o decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, unificou as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com nova nomenclatura, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, *softwares* e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Além disso, a abrangência do Programa também aumentou, passando a incluir o atendimento à educação infantil e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público, desde que atendam à educação infantil. Outra inovação trazida pelo referido decreto foi a possibilidade de as redes de ensino, em conjunto com suas escolas, decidirem pela unificação ou não dos materiais que serão distribuídos pelo FNDE. É importante notar que, mesmo em caso de unificação, cabe a cada escola participante do PNLD registrar suas escolhas individualmente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Finalizado o prazo para registro das coleções, o sistema identificará as redes com escolha unificada e fará o levantamento do material mais escolhido por elas para que seja adotado pelas escolas da rede. À Secretaria de Educação compete apenas orientar as escolas sobre o processo de escolha dos livros do PNLD e sobre o modelo adotado pela rede. Outrossim, as escolas com alunado nos anos finais do ensino fundamental deverão registrar a escolha para os componentes curriculares a seguir:

Quadro 1 – Componentes Curriculares.

COMPONENTES CURRICULARES	COLEÇÕES	OPÇÕES	
	Ensino Fundamental Anos Finais – 6º ao 9º ano		
	DISCIPLINARES		
	Língua Portuguesa	1ª opção	2ª opção
	Arte	1ª opção	2ª opção
	Educação Física*	1ª opção	2ª opção
	Língua Inglesa	1ª opção	2ª opção
	Matemática	1ª opção	2ª opção
	Ciências	1ª opção	2ª opção
	Geografia	1ª opção	2ª opção
	História	1ª opção	2ª opção
	INTERDISCIPLINAR		
	Linguagens (Língua Portuguesa e Arte)	1ª opção	2ª opção
	PROJETOS INTEGRADORES		
	6º e 7º anos**	1ª opção	2ª opção
8º e 9º anos**	1ª opção	2ª opção	

* Volume único

** Volume único e, no mínimo, dois componentes curriculares.

Fonte: Ministério da Educação (2018).

1.2 Histórico do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)

Conforme dados disponíveis na plataforma digital (online) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (doravante FNDE)¹, publicados no ano de 2017, o Programa Nacional do Livro Didático (doravante PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira, o qual se iniciou, com outra denominação, em 1937. Nesse sentido, ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes

¹ Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 06 nov. 2022.

nomes e formas de execução. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil.

Dado o exposto, antes de falarmos sobre o programa, faz-se necessário entendermos o funcionamento do mesmo. Para tanto, apresentamos, abaixo, alguns pontos relevantes acerca do PNLD, os quais foram retirados, também, da plataforma oficial FNDE, a saber:

Adesão - As escolas federais e os sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal que desejem participar dos programas de material didático deverão manifestar este interesse mediante adesão formal, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação. O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez. Os beneficiários que não desejarem mais receber os livros didáticos precisam solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do(s) programa(s). A adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida;

Editais - Os editais que estabelecem as regras para a inscrição do livro didático são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal do FNDE na internet;

Inscrição das editoras - Os editais determinam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais;

Triagem/Avaliação - Para constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos;

Guia do livro - O FNDE disponibiliza o guia de livros didáticos em seu portal na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. O guia orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas;

Escolha - Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia de livros didáticos. Diretores e professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola;

Pedido - A formalização da escolha dos livros didáticos é feita via internet. De posse de senha previamente enviada pelo FNDE às escolas, professores fazem a escolha on-line, em aplicativo específico para este fim, disponível na página do FNDE;

Aquisição - Após a compilação dos dados referentes aos pedidos realizados pela internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelas escolas e que são editoras específicas que detêm o direito de produção de cada livro;

Produção - Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras. Assim, inicia-se o processo de produção, que tem supervisão dos técnicos do FNDE;

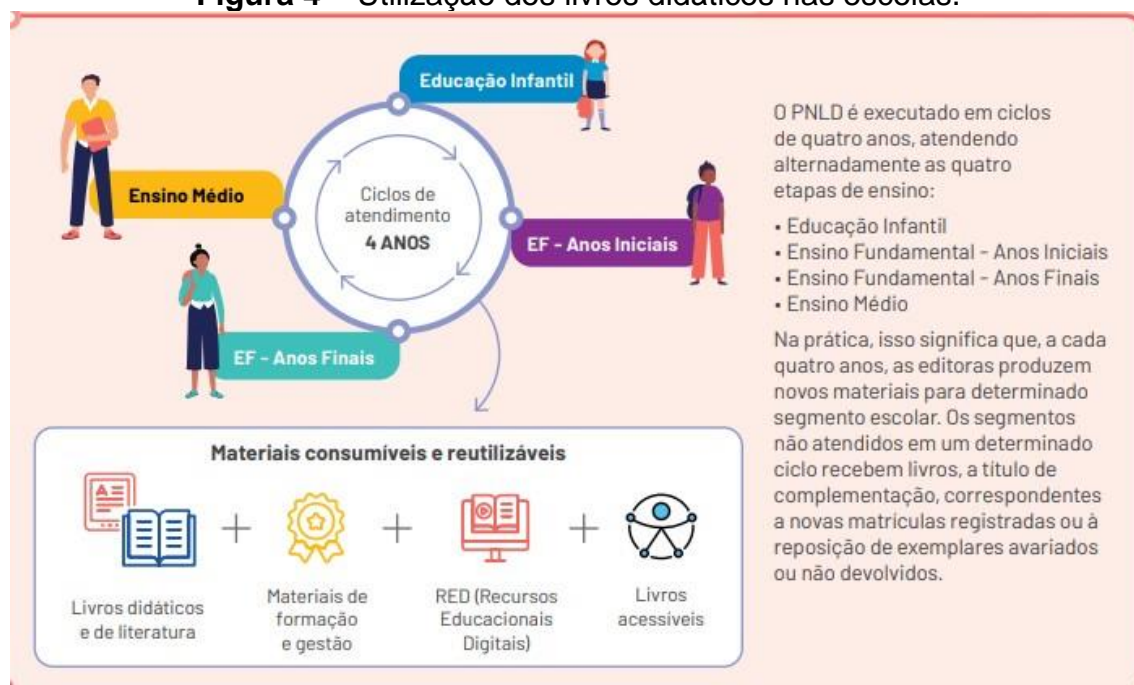
Análise de qualidade física - O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha também o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados;

Distribuição - A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação;

Recebimento - Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros (FNDE, 2017, online).²

Posto isto, é importante salientar, também, que há um tempo de duração para a utilização dos livros didáticos nas escolas. Com base na figura a seguir, é possível entender este processo de forma mais detalhada.

Figura 4 – Utilização dos livros didáticos nas escolas.



Fonte: Abrelivros³ (2022, p. 23).

² Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento#:~:text=Ades%C3%A3o%20%2D%20As%20escolas%20federais%20e,estabelicidos%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 06 nov. 2022.

³ Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros).

Com isso, conforme mostra figura 4, é possível entender o processo de utilização de livro didático, vinculando os cuidados que se deve ter com o material didático e quais os anos este ciclo atende.

Conhecendo o processo de funcionamento do PNLD, será apresentado a seguir o histórico do Programa Nacional do Livro didático, destacando os principais acontecimentos e mudanças em cada ano citado. Destarte, as informações que seguem são uma síntese retirada da plataforma oficial online, também publicadas no ano de 2017, vejamos:

Quadro 2 – Histórico do PNLD.

Ano	Acontecimento
1937	O Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, cria o <u>Instituto Nacional do Livro.</u>
1938	Por meio do <u>Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38</u> , é instituída a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País.
1945	Pelo <u>Decreto - Lei nº 8.460, de 26/12/45</u> , é consolidada a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos, conforme definido no art.
1966	Um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) permite a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático.

Fonte: FNDE – online (2017).

Observa-se neste início do histórico do PNLD, alguns decretos importantes para firmar este programa atual tão importante para o processo de controle de circulação do livro didático no território nacional brasileiro.

Quadro 3 - PNLD anos 80 e 90.

Ano	Acontecimento
1970	A Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação, implementa o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL).
1971	O Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até então a cargo da Colted.
1976	Pelo <u>Decreto nº 77.107, de 4/2/76</u> , o governo assume a compra de boa parcela dos livros para distribuir a parte das escolas e

	das unidades federadas. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contrapartidas mínimas estabelecidas para participação das Unidades da Federação.
1983	Em substituição à Fename, é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorpora o Plidef. Na ocasião, o grupo de trabalho encarregado do exame dos problemas relativos aos livros didáticos propõe a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa, com a inclusão das demais séries do ensino fundamental.
1985	1985 - Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que traz diversas mudanças, como: <ul style="list-style-type: none"> ┘ Indicação do livro didático pelos professores; ┘ Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;

Fonte: FNDE – on-line (2017).

Já no período dos anos 80 e 90, destaca-se um uns pontos importantes, como a indicação do material didático pelo professor, ou seja, a participação do educador no processo de escolha, como também o processo de reutilização do livro, trazendo assim a importância e o compromisso para que cada aluno cuide de seu material, com vistas à devolução deste em um bom estado para os próximos alunos.

Quadro 4 – PNLD anos 90.

Ano	Acontecimento
1992	A distribuição dos livros é comprometida pelas limitações orçamentárias e há um recuo na abrangência da distribuição, restringindo-se o atendimento até a 4ª série do ensino fundamental
1993	A Resolução CD FNDE nº 6 vincula, em julho de 1993, recursos para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se, assim, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição do livro didático.
1993/94	São definidos critérios para avaliação dos livros didáticos, com a publicação “Definição de Critérios para Avaliação dos Livros Didáticos” MEC/FAE/UNESCO.
1995	De forma gradativa, volta a universalização da distribuição do livro didático no ensino fundamental. Em 1995, são contempladas as disciplinas de matemática e língua portuguesa. Em 1996, a de ciências e, em 1997, as de

	geografia e história.
1996	É iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD. Os livros foram avaliados pelo MEC conforme critérios previamente discutidos. Esse procedimento foi aperfeiçoado, sendo aplicado até hoje. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro Didático.
1997	Com a extinção, em fevereiro, da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Fonte: FNDE – on-line (2017).

Nos anos 90, é possível perceber que são definidos os critérios de avaliação do livro didático, para que o mesmo possa chegar às escolas de forma mais adequada para os alunos, facilitando assim o processo de ensino e aprendizagem e evitando também questões que comprometam o ensino e, ainda, erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro Didático.

Quadro 5 – PNLD anos 2000.

Ano	Acontecimento
2000	É inserida no PNLD a distribuição de dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª série em 2001 e, pela primeira vez na história do programa, os livros didáticos passam a ser entregues no ano anterior ao ano letivo de sua utilização.
2001	O PNLD amplia, de forma gradativa, o atendimento aos alunos com deficiência visual que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas, com livros didáticos em braille.
2002	Com o intuito de atingir em 2004 a meta de que todos os alunos matriculados no ensino fundamental possuam um dicionário de língua portuguesa para uso durante toda sua vida escolar, o PNLD dá continuidade à distribuição de dicionários para os ingressantes na 1ª série e atende aos estudantes das 5ª e 6ª série. Em 2002, foi executado o PNLD 2003.
2003	O PNLD distribui dicionários de língua portuguesa aos ingressantes na 1ª série e atende aos alunos das 7ª e 8ª série, alcançando o objetivo de contemplar todos os estudantes do ensino fundamental com um material pedagógico que os acompanhará continuamente em todas as suas atividades escolares.
2004	Para o PNLD 2005, foi feita aquisição e distribuição de livros didáticos para os alunos de 1ª a 4ª série, para reposição e

	complementação, e a última reposição e complementação do PNLD 2002 aos alunos de 5ª a 8ª série. O atendimento do Ensino Médio foi instituído progressivamente.
2005	Em caráter de reposição e complementação, são distribuídos livros didáticos de todos os componentes curriculares para os alunos do ensino fundamental, sendo plena a complementação dos livros consumíveis de 1º ano. No âmbito do PNLEM, houve distribuição de livros de português e matemática para todos os anos e regiões.
2006	2006 - Distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares para o 1º segmento do ensino fundamental (1ª à 4ª série/1º ao 5º ano), no âmbito do PNLD 2007, e a segunda reposição e complementação do PNLD/2004 (5ª à 8ª série/6º ao 9º ano. Para os alunos que tem surdez e utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), houve distribuição (escolas de 1ª a 4ª série/ 1º ao 5º ano) do dicionário enciclopédico ilustrado trilingue - Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa/Língua Inglesa.
2007	O FNDE adquire 110,2 milhões de livros para reposição e complementação dos livros anteriormente distribuídos para os anos iniciais (sendo plena para 1ª série consumível) e distribuição integral para anos finais. Com a publicação da <u>resolução CD FNDE 18, de 24/04/2007</u> , é regulamentado o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), para distribuição, a título de doação, de obras didáticas às entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).
2008	Para utilização em 2009, houve aquisição e distribuição, em caráter de complementação e reposição, dos livros didáticos anteriormente distribuídos aos alunos e todo o ensino fundamental (sendo plena para 1ª série consumível). No âmbito do ensino médio, houve atendimento integral, sendo incluídos os livros de física e geografia.
2009	São publicadas duas importantes resoluções. A primeira, a <u>resolução CD FNDE nº. 51, de 16/09/2009</u> , regulamentando o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). O programa abrange o PNLA, visto que atende estudantes jovens e adultos também em sua fase de alfabetização. A segunda, <u>resolução CD FNDE nº. 60, de 20/11/2009</u> , estabelece novas regras para participação no PNLD: a partir de 2010, as redes públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para receber os livros didáticos.
2010	Ainda em 2010, é publicado o <u>Decreto nº. 7.084, de 27/01/2010</u> , que dispõe sobre os procedimentos para execução dos programas de material didático: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).
2011	Em 2011, o FNDE adquiriu e distribuiu integralmente livros para o ensino médio, inclusive na modalidade Educação de Jovens e Adultos. O material será utilizado inicialmente em 2012. Pela primeira vez, os alunos desse segmento

	receberam livros de língua estrangeira (inglês e espanhol) e livros de filosofia e sociologia (volumes únicos e consumíveis).
2012	O PNLD 2012 é direcionado à aquisição e à distribuição integral de livros aos alunos do ensino médio (inclusive na modalidade Educação de Jovens e Adultos), bem como à reposição e complementação do PNLD 2011 (6º ao 9º ano do ensino fundamental) e do PNLD 2010 (1º ao 5º ano do ensino fundamental).

Fonte: FNDE – online (2017).

Além disso, conforme dados disponíveis na plataforma digital (online) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

Em 2012, pela primeira vez, as editoras puderam inscrever no âmbito do PNLD 2014 objetos educacionais digitais complementares aos livros didáticos impressos. Esse novo material multimídia, que inclui jogos educativos, simuladores e infográficos animados, foi enviado para as escolas em DVD para utilização pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental no ano letivo de 2014. O DVD é um recurso adicional para as escolas que ainda não têm internet. Os novos livros didáticos trouxeram, também, endereços on-line para que os estudantes tivessem acesso ao material multimídia, complemento o assunto estudado, além de tornar as aulas mais modernas e interessantes. Já para o ano letivo de 2015, foi lançado em 2012 o edital que previa que as editoras poderiam apresentar obras multimídia, reunindo livro impresso e livro digital. A versão digital deveria trazer o mesmo conteúdo do material impresso mais os objetos educacionais digitais, como vídeos, animações, simuladores, imagens, jogos, textos, entre outros itens para auxiliar na aprendizagem. O edital também permitiu a apresentação de obras somente na versão impressa, para viabilizar a participação das editoras que ainda não dominam as novas tecnologias. Esse material foi destinado aos alunos e professores do ensino médio da rede pública (FNDE, 2017, online).

Neste quesito, é possível observar a presença da tecnologia vinculadas ao livro didático, a fim de possibilitar uma aprendizagem mais diversificada, tornando as aulas mais modernas e interessantes. Além disso, é importante salientar que jogos educativos e outros matérias citados pelo FNDE fazem com que o professor tenha uma gama de material didático a ser utilizado na sala de aula.

2. O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

O livro didático surge como material impresso destinado ao processo de aprendizagem ou formação acadêmica no mundo, já no século XVII. Contudo, o volume de obras só aumenta a partir de meados do século XIX, com o maior número de conhecimentos, devido à sistematização das ciências, sobretudo da Geografia, estando relacionado ao desenvolvimento do capitalismo e suas necessidades para ampliação na sociedade (D'AVILA, 2008).

O professor, a partir do compromisso com a prática educacional, busca na diversidade de recursos disponíveis um apoio no processo da aprendizagem para a construção do conhecimento. Aulas ilustradas com mapas, globo terrestre, gravuras, cartazes, o livro didático, além do uso de tecnologia, como Datashow, entre outras técnicas de pesquisas informacionais, dão suporte para o professor ministrar as aulas, devendo sempre estar envolvido em um método de análise e concepção de educação que tanto pode conformar o modelo de sociedade existente ou pode representar um momento para a superação das contradições de uma sociedade de classes.

Entre os recursos usados pelo professor de Geografia está o livro didático, como análise referencial do trabalho em questão, instrumento este essencial, senão indispensável, pelo menos necessário como complemento às atividades didático-pedagógicas, devendo ser utilizado apenas como um dos recursos entre os que já foram citados. Além disso, o livro didático deve fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que este recurso dentro das escolas públicas, diante das situações econômicas de muitos alunos, é de suma importância devido a questões de acesso a outras tecnologias.

Ao nos depararmos com um livro didático, devemos nos perguntar: até que ponto o mesmo é suficiente para a apreensão dos conteúdos pelos alunos? Alguns livros didáticos trazem em sua essência os interesses da classe dominante, logo, mascarando a real situação que estamos vivendo, tão quanto à realidade vivenciada pelos alunos.

Desta forma, cabe ao professor a tarefa de desvendar as contradições que estão presentes em cada conteúdo trabalhado no livro. Esta tarefa é um tanto complexa, árdua e difícil, pois o professor, muitas vezes, é refém do livro didático, submetido a um processo de alienação e, por isso, reproduz em sala de aula as

desigualdades existentes na sociedade. Como afirma Libâneo (1994, p. 139), “Há uma distinção dos conteúdos de ensino para 3 diferentes grupos sociais: para uns, esses conteúdos reforçam os privilégios, para outros fortalecem os espíritos de submissão e conformismo”.

Nos livros didáticos estão presentes conteúdos de ensino, uma reunião variada dos conhecimentos que retrata a vida da sociedade, podendo apresentá-la de forma superficial, ou seja, focando simplesmente a aparência, interessando à classe dominante que mantém seu poder, ou ainda, fazendo uma análise crítica sobre a realidade social. Neste sentido, o conhecimento geográfico se torna um instrumento de grande importância na vida do aluno, pois, conforme menciona Callai (1999, p. 58), “[...] a Geografia que o aluno estuda deve permitir que ele se perceba como participante do espaço que estuda, onde os fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento”.

O processo de avaliação dos livros didáticos de geografia inscritos no PNLD começou no ano de 1996, e nos anos de 2002 e 2005 os responsáveis pela avaliação da coleção dos livros do Ensino Fundamental foram algumas universidades públicas em convênio com o MEC. Na disciplina de Geografia, a coordenação responsável pela ponderação foi a Universidade Estadual Paulista (UNESP). A avaliação então era realizada por coleção; e se um dos volumes da coleção não fosse aprovado, haveria a exclusão completa da obra no PNLD. Na seleção dos livros didáticos de Geografia foram estabelecidos vários critérios para avaliação, eliminação e classificação. Segundo Hespanhol (2006), um dos princípios gerais para a avaliação do livro de Geografia foi:

O material didático deve incorporar, coerentemente, as discussões e inovações na área de Geografia e estar atualizado em relação aos avanços teóricos-metodológicos aceitos pela comunidade científica, atender às exigências do mundo contemporâneo, que pressupõe a articulação entre as instâncias sociais, econômicas, políticas e culturais. Um livro didático de geografia deve primeiro, preparar o aluno a atuar num mundo complexo, localizar - se nele, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado; e, segundo, desenvolver seu espírito crítico, que implica a capacidade de problematizar a realidade, propor soluções e reconhecer sua complexidade (HESPANHOL, 2006, p. 77).

O livro deve apresentar aos alunos os conteúdos de forma que consigam assimilar a ideologia proposta e problematizar o assunto, dando espaço para o

surgimento de novas ideias, conceitos e compressão para atuar no mundo em que está inserido. Se o livro inscrito no PNLD não apresentar coerência e adequação metodológicas, conceitos e informações básicas e construção da cidadania, o livro é eliminado. Logo:

É necessário que haja compatibilidade entre a opção teórico – metodológica proposta e adotada, tanto no que se refere ao ensino como no que diz respeito à concepção de Geografia. É indispensável que haja coerência entre objetivos, conteúdos, atividades e exercícios, favorecendo o desenvolvimento dos processos cognitivos básicos por meio da clara exposição dos conceitos, fenômenos e acontecimentos devidamente localizados (HESPANHOL, 2006, p. 78).

As informações contidas no livro devem ser corretas e atualizadas, não devendo induzir o estudante ao erro, não podendo apresentar conteúdos preconceituosos de origem, gênero, religião, etnia etc. As representações gráficas como mapa, tabela e quadros, que aparecem para melhor compreensão dos conteúdos geográficos, não devem apresentar publicidade e preconceito, como mostra Hespanhol (2006):

Conceitos e informações básicos. São considerados erros conceituais: relações espaço-temporais que não permitam compreender a construção histórica do espaço geográfico; ideias inadequadas, lacunares ou errôneas que não permitam compreensão das dinâmicas e processos constituintes dos espaços físico e humano, as suas formas e as relações estabelecidas entre os elementos que os compõem; ideias inadequadas, lacunares, ou errôneas que não permitam a compreensão das relações entre sociedade e natureza. Indução ao erro, confusão conceitual e reducionismos também se constituem em critérios eliminatórios. Finalmente, o livro didático não deve conter informações incorretas ou desatualizadas (HESPANHOL, 2006, p. 79).

Com isso, para que não ocorra impressões com informações conforme supracitadas, tem-se a importância de o livro didático, independente do componente curricular, passar por uma rigorosa análise, como foi possível observar no capítulo 1. O livro deve apresentar aos alunos os conteúdos de forma que os mesmos consigam assimilar a ideologia proposta e problematizar o assunto, dando espaço para o surgimento de novas ideias, conceitos e compressão para atuar no mundo em que está inserido. Se o livro inscrito no PNLD não apresentar coerência e adequação metodológicas, conceitos e informações básicas, bem como construção da cidadania, o livro é eliminado.

Como cada componente curricular tem seus critérios de avaliação específico, o de Geografia não poderia ser diferente. Sendo assim, os critérios para classificação dos livros de Geografia, de acordo com Hespanhol (2006), estão relacionados à linguagem do livro, que deve estar adequada ao estágio de desenvolvimento cognitivo do público alvo e à contribuição para o desenvolvimento na área da Geografia. É preciso que o livro didático apresente conteúdos com diferentes pontos de vista, para que os alunos formem seus próprios conceitos, compreendam os conteúdos e estimulem o exercício da cidadania.

Com isso, é possível observar que a linguagem a qual o livro contempla é de suma importância para que o processo de ensino aprendizagem possa acontecer, havendo um maior interesse do aluno e participação de um determinado conteúdo abordado que está sendo extraído do material didático.

A problematização é outro critério importante na classificação. Nos livros que apresentam textos e atividades é interessante que o aluno consiga problematizar estes conteúdos para o desenvolvimento do senso crítico e da criatividade. Segundo Hespanhol (2006):

[...] os conteúdos e conceitos devem ser aceitos pela comunidade científica e trabalhados para atender a diferentes perfis socioeconômicos e regionais; as fontes e autorias dos dados e das classificações utilizados devem ser corretamente. Os textos complementares devem ser de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, para que se amplie o conhecimento de conceitos e conteúdos (HESPANHOL, 2006, p. 79).

O livro didático de Geografia é um dos recursos didáticos mais usados no ensino geográfico na educação brasileira, por isso é preciso que o professor tome alguns cuidados para não cair em certas armadilhas e não se submeter à ditadura do conteúdo pronto e acabado. Nesse ínterim, Silva (1998) afirma que:

O livro didático no processo ensino- aprendizagem deve exercer uma dupla função: a de informar e formar o homem diante de sua realidade social. Este deve se constituir num apoio em sala de aula, pois dependendo da maneira como o livro for organizado e utilizado, poderá se transformar, ora em fator de criatividade, ora em controle da ação pedagógica do professor do aprendizado do aluno (SILVA, 1998, p. 76).

Tendo esta dupla função de informar e formar o homem diante de sua realidade, faz-se necessário que o professor utilize de forma correta este recurso didático tão importante, para que que o aluno possa despertar sua curiosidade,

instigar seu senso crítico, no espaço geográfico o qual está inserido, e saber olhar com outros olhares ao seu redor as modificações, sejam elas sociais ou estruturais que estão acontecendo neste espaço.

Para que os educandos não sejam prejudicados na construção do conhecimento no desenvolvimento das aulas, de acordo com Castrogiovanni (2010, p.133), é de suma importância que o livro permita ao professor e ao aluno desenvolver sua criatividade, portanto, não deve apresentar textos e exercícios que contenham ideias prontas, fechadas ou limitadas. Segundo o autor, o professor não pode ser dependente do modelo pronto, apenas buscando e reproduzindo o que está apresentado no livro didático, pois com isso ele acaba ocultando os conflitos e as problemáticas da sociedade na qual o estudante está inserido.

Assim, o professor tem que levar em consideração as informações trazidas pelos alunos, pois no processo de ensino e aprendizagem há a necessidade de influência mútua entre os sujeitos (aluno e professor). Como destacado por Callai (2013), nos livros didáticos estão disponíveis vários dados, sendo o desafio maior para os professores transformar esses dados e informações em conhecimento, ou seja, é essencial a problematização e a contextualização do conteúdo a ser trabalhado.

Corroborando com as informações trazidas por Callai (2013), Silva (2014) afirma que:

Ensina-se Geografia para que os alunos possam construir e desenvolver uma compreensão do espaço e do tempo, fazer uma leitura coerente do mundo e dos intercâmbios que o sustentam, apropriando-se de conhecimentos específicos e usando-os como verdadeira ferramenta para seu crescimento pessoal e para suas relações com os outros (SILVA, 2014, p. 11).

Então, ensinar não só para que o aluno possa aprender de uma forma decorada, mas ensinar para que ele possa compreender o espaço e o tempo e observar de uma maneira diferente o meio em que está inserido. Para isso, o professor é uma peça importante no processo de ensino e aprendizagem e na construção do conhecimento geográfico, pois, independentemente de qualquer livro, ele deve ajudar seus alunos a decifrar e problematizar os conteúdos apresentados, de forma que os estudantes não se tornem reféns e submissos às ideias dos livros didáticos.

Como aponta Callai (2013, p.51), “[...] no ensino e aprendizagem de Geografia é importante que o professor tenha o controle do processo do ensino que está fazendo, pois cabe a ele dar a direção, uma vez que é sua função no ensinar”. Sendo assim, o professor precisa ter uma leitura mais ampla e crítica do livro didático, pois, dentro da sala de aula, ele é o responsável pela mediação do conhecimento. Logo, o livro didático de Geografia tem que apresentar conteúdos e conceitos geográficos que ajudem tanto o professor quanto o aluno na construção do conhecimento e na construção de novos conceitos. Nas palavras de Silva (2014):

[...] um livro didático de Geografia, além de apresentar informações e conceitos geográficos, deve, sobretudo, auxiliar tanto os docentes quanto os discentes na formulação de um raciocínio crítico, fundamentado em bases do conhecimento científico a fim de que esse recurso possa contribuir para estimular a criatividade dos envolvidos para que os mesmos possam entender e agir no mundo em que vivem de forma que haja um respeito mútuo tanto para com os seres humanos, quanto para com os recursos naturais (SILVA, 2014, p. 10).

Seguindo esta linha de pensamento, o livro didático de Geografia do Ensino Fundamental precisa proporcionar tanto aos alunos quanto ao professor oportunidades para construção de conhecimentos cartográficos, ambientais, sociais, econômicos, políticos e culturais. O ensino mecanizado, apenas fazendo leituras dos textos sem discussão, não permite que o aluno assimile o conteúdo de forma crítica; não produz mudança alguma e nem surgem novos conceitos, pois os mesmos apenas memorizam o que o professor transmitiu em sala de aula. Destarte, “Uma atividade mecânica de ensino, levada a cabo na sala de aula, conduz à reprodução de conteúdos preestabelecidos, não à aprendizagem; levando à memorização receptiva de informações isoladas” (D’ÁVILA, 2008, p. 125).

O conteúdo apresentado de forma fechada (apenas transmitido) aos alunos acaba levando os educandos ao conformismo ou submissão à ideia do autor do livro, afinal, as relações estabelecidas por esse recurso didático podem ser propositalmente equivocadas (ilusórias, incorretas e ideológicas). Por isso, a necessidade da ação crítica do professor. Destarte, é indispensável uma leitura crítica deste recurso didático pelo professor e inovações na didática em sala de aula para que ele não conduza seus educandos a informações isoladas e prontas e, tampouco, os direcionem a um doutrinamento. A leitura crítica propicia condições para a modificação do conteúdo exposto aos alunos, como aponta Pina (2009):

Inovações metodológicas incorporadas ao ensino de Geografia como debates em sala de aula, aulas de campo, estudos do meio, seminários temáticos, assim como também os recursos tecnológicos que chegam à escola do século XXI e tendem a auxiliar consideravelmente o trabalho do professor dentro e fora da sala de aula, facilitando a aprendizagem dos estudantes, contribuem para a possibilidade de não ver e ter o livro didático de Geografia como único recurso didático em sala de aula (PINA, 2009, p. 46)

Dado o exposto, no Quadro 6 é possível observar algumas coleções aprovadas pelo PNLD 2020.

Quadro 6 - Coleções dos livros didáticos de Geografia do EF aprovados no PNLD 2020.

COLEÇÃO	AUTOR (ES)	EDITORA
Expedições Geográficas	Melhem Adas, Sergio Adas	Moderna
Geografia: Território e sociedade.	Elian Alabi Lucci, William Kyoshi Fugil, Anselmo Lazaro Branco.	Saraiva
Apoema Geografia	Claudia Maria Borges Bazan de Magalhães, Marcos Rogerio Gonçalves, Rafael da silva Tangerina, Roseni Rudek Correa do Nascimento.	Editora do Brasil
Geografia Espaço & Interação.	Marcelo Moraes Paula, Maria Angela Gomez Rama, Denise Cristina Christov Pinesso.	FTD
Geração Alpha Geografia.	Fernando dos Santo Sampaio, Flavio Manzatto de Souza.	SM
Por Dentro da Geografia	Wagner Costa Ribeiro Saraiva	Saraiva
Araribá Mais Geografia	Cesar Brumini Dellore, Maira Fernandes, Daniel Zungolo Teixeira, Isabela Gorgatti cruz, Eugenio Pacceli da Fonseca, Jonatas Mendonça dos Santos, Gustavo Nagib	Moderna
Convergências Geografia	Valquiria Pires Garcia	SM
Teláris Geografia	José William Vesentini, Vania Rubia, Farias Vlach.	Editora Ática
Vontade de saber Geografia	Neiva Camargo Torrezani.	Quinteto
Tempo de	Valdinei aparecido de Avila e	Editora do Brasil

Geografia	Silva, Jurandyr Luciano Sanches Ross.	
Geografia Geral e do Brasil	José Eustáquio de Sene, João Carlos Moreira.	Editora Scipione

Fonte: Elaborado pelo autor (2022), adaptado de Gilton dos Santos Cruz (2021).

Porém, não se pode esquecer que o livro didático é um dos recursos pedagógicos mais utilizados pelos professores dentro de sala de aula. Segundo Castrogiovanni e Goulart (1988):

O livro didático frente às atuais condições de trabalho do professor de Geografia, torna-se cada vez mais um instrumento, senão indispensável, pelo menos necessário como complemento às atividades didático – pedagógicas, devendo ser utilizado apenas como um dos materiais entre tantos disponíveis. (CASTROGIOVANNI; GOULART, 1988, p. 17).

Sendo um instrumento indispensável, faz-se necessários uma escolha em que esses livros possam conter conteúdos e exercícios que deem condições e contribuam para processo de ensino e aprendizagem.

Dando continuidade à questão do livro de didático, é necessário também que o professor esteja preparado para lidar com os conteúdos, visto que os desafios são inúmeros, fazendo-se importante que os referidos assuntos possam ser tratados conforme cada idade e realidade da classe, sendo assim:

Para enfrentar os desafios postos atualmente na educação escolar é necessária uma formação consistente. Essa formação é a que propicia ao professor segurança para tratar os temas disciplinares, para analisar a sociedade contemporânea, suas contradições, suas transformações; para compreender o processo histórico de construção do conhecimento, seus avanços, seus limites; a sensibilidade para compreender o mundo do aluno, sua subjetividade, suas linguagens (CAVALCANTI, 2003, p. 112).

Deste modo, por mais que o recurso didático mencionado traga consigo um acervo diversificado, o professor deve saber utilizar de forma correta e eficaz para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma prazerosa, tornando a aula mais atrativa e participativa.

Além disso, Castrogiovanni (2003, p. 133-134) menciona que um bom livro didático de Geografia possui as seguintes características: “A fidedignidade das informações, o estímulo à criatividade, uma correta representação cartográfica, uma

abordagem que valoriza a realidade e enfoque o espaço como uma totalidade”. Com base nas ideias apresentadas pelo professor Castrogiovanni, no ambiente escolar o livro didático apresenta quatro funções, de acordo com Choppin (2004): o Referencial, contempla o programa da disciplina; o Instrumental, apresenta a metodologia de ensino e atividades de acordo com o componente curricular; Ideológica e Cultural, a importância da língua e da cultura; e Focamental, com textos que provocam o senso crítico do aluno. Nesse contexto, as características e funções do livro didático possibilitam um rico campo investigativo na área científica desde a sua confecção, circulação, distribuição e utilização por professores e educandos.

No que se refere ao uso, o autor Paulo Meksenas (1998. p. 51-57) diz que o livro didático pode ser “reinventado” e utilizado de forma crítica, mesmo que constitua um produto da indústria cultural. Apesar de certas características que limitam o livro, há também diferentes possibilidades de uso, pois, em sala de aula, o livro didático pode constituir elemento provocativo da realidade vivida pelo aluno ao apresentá-la em outras perspectivas, ou mesmo, ao confrontar com outras realidades. Ainda para Meksenas (1998), o livro e outros produtos da cultura de massa não podem ser reduzidos a condições de mediadores de formas de dominação, podendo também mobilizar a consciência crítica por meio de outros elementos, como, a sensibilidade, o belo, o exótico ou o familiar.

Recoloca-se então a questão: qual o Livro Didático necessário para atender às demandas da pós-modernidade e de formação cidadã? Os indicativos de avaliação apontados pelo PNLD precisam ser considerados positivamente, porém, como já afirmado, não são suficientes. É ainda necessário refletir sobre o conteúdo-forma ou sobre o conteúdo e sobre a forma. Para essa reflexão, colocam-se a seguir alguns apontamentos que podem ser definidores de diretrizes para a produção de coleções didáticas:

1. Conforme já destacado no texto, a Geografia atual se fundamenta em três matrizes teóricas: fenomenológica, marxista e ou sistêmica. A coleção didática precisa fazer opção assumindo uma dessas vertentes como centralidade da sua proposta. Os pressupostos de análise socioespacial priorizados estarão definindo as escolhas conceituais, de escala geográfica e de temáticas para estudo.

2. O fato de a coleção didática assumir uma das vertentes teóricas e de método não significa isolamento ou ausência de inferências ou interações com as demais vertentes. Mas é preciso definir qual Geografia será a Geografia Escolar praticada, oportunizando que essa escolha seja efetivada pelos professores e escolas por meio do PNLD, sendo necessário incluir a opção de método geográfico assumida pelo professor.

3. As referências para as definições temáticas estarão nas grandes áreas da ciência geográfica, herança do período Clássico. No entanto, a elaboração de temas específicos sintonizados com a realidade conjuntural local, regional, nacional e/ou mundial é uma elaboração do próprio processo didático. O Livro Didático pode propor essas aproximações na formulação das unidades/capítulos. Mas também é necessário que os professores e a escola explicitem temáticas relacionadas com suas especificidades. As coleções precisam manter em aberto essa possibilidade para que os sujeitos das comunidades escolares façam essas elaborações.

4. Os temas estarão referidos com o estudo de lugares, com a dimensão socioespacial. A Geografia Escolar precisa desenvolver a capacidade de interpretação geográfica da realidade, fazendo isso trabalhando as informações para produzir conhecimento, ou seja, produzir a informação pensada, interpretada. O conteúdo informativo nessa perspectiva é meio e não fim em si mesmo. Os conceitos geográficos serão apropriados no processo. Mas o conceito não é o conteúdo escolar. Não se dá aula do conceito, e sim se faz uso do referencial conceitual para mediar ou elaborar a interpretação geográfica. Portanto, não deverá ter unidade/capítulo onde o conceito seja o conteúdo.

5. Nos atuais Livros Didáticos as unidades/capítulos contêm uma forma ou um escopo estimulando diversidades textuais e de linguagens, diversidades de fontes e de atividades didáticas. Propõem contextualização e problematização dos conteúdos. Mas essas proposições precisam ser compreendidas enquanto tais, e não como definitivas. Os professores e a escola precisam manter a autonomia de fazer escolhas, de reelaborar também a forma. Daí que as propostas contidas no Livro Didático precisam ter essa abertura para (re)tematizar, para elaborar novos planejamentos na forma de projetos de trabalho, unidades temáticas, situação de estudo, estudo do meio.

6. A questão ambiental é interdisciplinar. Na Geografia, a dimensão ambiental está incluída em todas as áreas temáticas. O ambiente é o meio, o lugar onde as pessoas estão, vivem. O ambiente é o próprio espaço geográfico. O Livro Didático precisa contemplar esse entendimento, e não tratar isoladamente ou privilegiar o tema ambiental em capítulos que tratam da questão da natureza ou da energia, por exemplo.

7. A Cartografia Escolar precisa ser incluída tanto na perspectiva de alfabetização cartográfica, quanto no efetivo uso dessa linguagem para o desenvolvimento dos conteúdos, envolvendo o aluno leitor crítico e aluno mapeador consciente, tal como define Simielli (2000).

Sendo assim, esses apontamentos, conforme o PNLD 2017, indicam que o Livro Didático precisa ser prioritariamente metodológico, “[...] ser um guia de trabalho para o professor e de aprendizagem dos alunos” (NÚNEZ *et al.*, 2012, p. 218). Isso inclui a necessidade de apresentar conteúdos elaborados com base nos pressupostos teóricos e de método da ciência e coerentes com o desenvolvimento mental dos alunos. Porém, mantendo a abertura para a necessária interação ciência, realidade sócio-histórica e sujeitos. Um conteúdo que possibilite ser ampliado, contextualizado, reelaborado, atualizado, por meio da identificação de temáticas conjunturais e do planejamento didático. Inclui também a proposição de atividades instigadoras do uso de tecnologias de informação e comunicação, de estudos individuais e coletivos, de trabalhos de campo, ou seja, de atividades que estimulem a autonomia intelectual, o pensamento crítico e argumentativo.

3. ANÁLISE DAS ATIVIDADES DO LIVRO DIDÁTICO DO 9º ANO

Antes de falarmos sobre a criticidade dos exercícios, é importante também sabermos como se estrutura algumas partes do livro didático, até chegar nos exercícios propostos para o aluno, seja ele de Geografia ou outro componente curricular.

É possível identificar algumas partes comuns nos Livros Didáticos, mesmo que eles não sejam exatamente iguais. Desde os anos 1990, muitos livros do ensino fundamental e médio vêm apresentando Páginas Iniciais, de Unidades ou Capítulos. Elas são compostas com fotografias, telas de pintura ou charges, em folha única ou dupla, que podem ter diferentes funções: sugerir conteúdos e formas (concepções) de abordagem, iniciar a metodologia de descrição da paisagem e expor situações reais do mundo, que geralmente permitem propor perguntas iniciais e/ou criar problemas para pensar. Há também Livros Didáticos que indicam – nesta página inicial, ao lado ou sobre as imagens – os conteúdos ou conceitos centrais da unidade ou capítulo.

Em relação às imagens, alguns autores sugerem que através delas seja possível levantar os conhecimentos prévios dos alunos. Por exemplo, a partir das telas de Tarsila do Amaral, que retratam o campo e a cidade, o texto do Livro Didático pergunta: “O que você sabe sobre o espaço rural brasileiro? E sobre o espaço urbano?” (BOLIGIAN *et al.*, 2009, p. 54). Embora tais perguntas possam considerar que o ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem seja aquilo que o aluno não sabe, elas estão na lógica do conhecimento científico, pois espaço rural e urbano são conceitos da ciência, da escola.

Entretanto, conhecimento prévio não é isso, não é o que o aluno sabe da matéria ou conteúdo que o professor quer ensinar. Embora vivam nestas realidades da cidade ou do campo, os alunos em sua experiência concreta podem se referir a elas por outros termos, por conceitos cotidianos construídos em sua relação com os diferentes fenômenos (conteúdos) que constituem e caracterizam a cidade e o campo. Assim, as perguntas iniciais devem tentar captar a maneira como o fenômeno que se pretende ensinar marca a experiência social dos alunos, suas práticas e saberes espaciais.

Geralmente os capítulos são encerrados com exercícios, ou atividades, ou glossário pronto ou para ser construído pelos alunos, relacionados aos conteúdos

apresentados. Nesse sentido, trazem exercícios que exigem apenas a releitura de algum trecho considerado relevante do capítulo ou questões que impliquem a aplicação ou generalização dos conceitos ensinados à determinada realidade concreta, situações reais de vida. Existem ainda Livros Didáticos que incluem um resumo do que foi tratado, mas poucos anunciam o conteúdo do próximo capítulo, de forma a relacioná-los, encadeá-los.

As análises das atividades foram feitas através Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna, especificamente do 9º ano do Ensino Fundamental.

Figura 5 - Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna.



Fonte: Pesquisa Direta (2022).

É importante salientar que O Livro do Estudante do nono ano da coleção Araribá Mais Geografia possui 260 páginas e está estruturado em oito unidades temáticas que envolvem dezoito capítulos. Verifica-se a seguinte disposição: Organização Política Mundial; Globalização, Sociedade e Meio Ambiente; O Continente Europeu; Leste Europeu e CEI; O Continente Asiático; Ásia: China, Japão e Tigres Asiáticos; Ásia: Índia e Oriente Médio; e Oceania.

A coleção é composta por vários autores, a maioria deles oriunda da Universidade de São Paulo (USP). Os autores desta Coleção são: Maíra Fernandes, bacharel e licenciada pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma Instituição; Daniel Zungolo Teixeira, bacharel em Geografia pela USP; Isabela Gorgatti, bacharel em Geografia pela USP; Angélica Campos Nakamura, bacharel e licenciada pela USP e Mestre em Ciências no Programa de Geografia (Geografia Humana) pela USP; Eugênio Pacceli da Fonseca, bacharel e licenciado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Jonatas Mendonça dos Santos, Mestre em Ciências pela USP (Geografia Humana);

Kauê Lopes dos Santos, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela USP, sendo que o editor responsável é Cesar Brumini Delloro, bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP).

Conforme a figura 6, é possível observar algumas atividades referente ao sistema capitalista, assunto para o 9º ano do Ensino Fundamental.

Figura 6 - Capítulo 1 – O capitalismo, o socialismo e suas características (2018).

▶ atividades

NÃO ESCREVA
NO LIVRO

1 Observe a charge a seguir que retrata uma das consequências do atual arranjo do sistema capitalista e indique a crítica retratada por ela.



Charge de Angeli sobre o desemprego. Publicada em UOL Notícias, em 27 de jan. 2009.

2 A charge a seguir ilustra a divisão da China pelas principais potências europeias durante o século XIX, de acordo com seus interesses. Com base na charge e no que foi estudado neste Capítulo, responda às

b) O que é orientalismo?



MEYER, Henri. *The Chinese cake*, 1898. Divisão da China ocorrida no século XIX pelas principais potências europeias da época.

3 Leia a afirmação e, em seguida, indique a alternativa incorreta.

Após a Segunda Guerra Mundial, as grandes empresas localizadas em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, se expandiram para alguns países em desenvolvimento, como Brasil, México, Argentina, África do Sul e Índia.

As alternativas abaixo indicam os interesses dessas grandes empresas em expandir seus negócios para os países em desenvolvimento no período pós-guerra, exceto no item:

a) Ampliar o mercado consumidor.
b) Buscar novas fontes de matérias-primas.

Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

Essas atividades estão no capítulo 1, onde se aborda o assunto: O capitalismo, o socialismo e suas características.

Na questão 1, figura 6, desta referida obra, temos uma charge, a qual possibilita que o aluno reflita para responder o que foi proposto, facilitando, também, a chegar à resposta que se pede. Além disso, essa questão, por intermédio do professor, pode ser abordada em forma de debate em sala de aula, pedindo para que os alunos possam trazer outros exemplos em forma de fotos e imagens sobre o assunto tratado, que é do desemprego.

Já a questão 2, letra B, não dá a possibilidade de o aluno pensar de maneira crítica, mas sim de decorar, pois se trata de uma pergunta muito direta, diferente da questão 1.

A questão 3 traz algo muito comum nos livros didático, que são as alternativas, em que o aluno terá que marcar a resposta correta. Porém, seria interessante, também, que houvesse uma justificativa de ter escolhido determinada resposta, e o professor poderia trabalhar de forma explícita na sala de aula ouvindo as justificativas de cada aluno, para que, dessa forma, pudesse acontecer a interação.


No capítulo 2, o componente curricular traz a atividade abaixo, figura 7, um texto que deve ser utilizado como base para responder as questões da figura 8.

Figura 7 - Unidade II – Globalização, sociedade e meio ambiente (2018).

sala de aula, explique aos estudantes que em grandes centros urbanos de países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a mobilidade urbana enfrenta muitos desafios, como congestionamentos, poluição atmosférica e precarização e ineficiência dos transportes coletivos.

Entre as principais causas desse cenário está a priorização dos transportes individuais em detrimento dos coletivos. Um transporte público eficiente permitiria que a população deixasse de usar os carros particulares para utilizar o transporte coletivo, o que significaria a diminuição do número de veículos nas ruas. Entre outras possibilidades está o investimento em transportes alternativos, como as bicicletas, com a criação de ciclovias. Esta seção se relaciona à habilidade EF09GE02.

▶ Respostas



mundo em escalas

NÃO ESCREVA NO LIVRO

TECNOLOGIAS DIGITAIS E MOBILIDADE URBANA

As tecnologias digitais utilizadas para melhorar a mobilidade urbana vêm sendo difundidas no mundo todo. Empresas de diversos países têm destinado grandes investimentos em inteligência artificial e soluções para facilitar a circulação das pessoas nas grandes cidades.

No Brasil, o número de usuários de aplicativos de transporte vem crescendo e provocando mudanças na forma como a população se desloca nas principais cidades do país. Leia o texto abaixo:

Heróis ou vilões? Qual o impacto que aplicativos de transporte têm no trânsito de grandes cidades

Os aplicativos de transporte são tratados como uma alternativa para a mobilidade urbana. O usuário deixa de lado o automóvel próprio para virar passageiro. Esse é um ponto positivo. Mas há realmente menos carros nas ruas das grandes cidades?

Na avaliação de especialistas, os veículos que atuam nesses serviços tendem a representar aumento de congestionamento e o enfraquecimento do sistema público de transporte. E então, os aplicativos são heróis ou vilões? [...]

O engenheiro civil Diego Mateus da Silva, com mestrado em engenharia de transportes, cita duas cidades norte-americanas como referência. Em Nova York e San Francisco, estudos apontam que houve migração de passageiros do transporte coletivo para os carros de aplicativo. [...]

“Ou seja, mais carros estão rodando nessas cidades, gerando mais congestionamento e mais emissões de poluentes. Também houve uma redução nos usuários de transporte coletivo, mais fortemente nos ônibus, nas linhas menores”. [...]

Observe, no gráfico abaixo, o crescimento da frota de carros na cidade de São Paulo.

Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

Figura 8 - Unidade II – Globalização, sociedade e meio ambiente (2018), continuação.



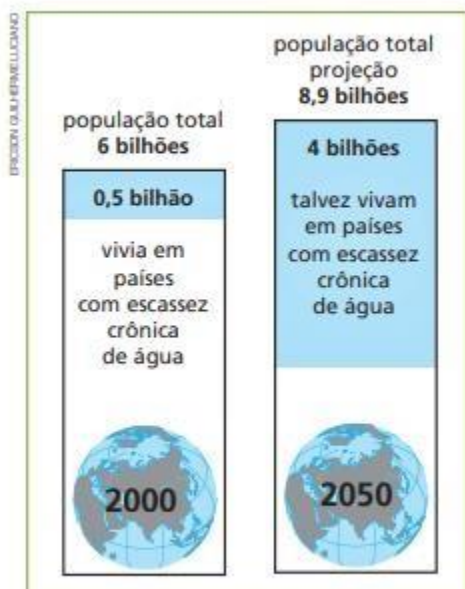
Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

Na figura 7, o autor apresenta um texto curto, seguido de um gráfico e, logo após, duas perguntas, (c.f. figura 8). Trata-se de um conteúdo interessante, pois é muito importante que o aluno tenha este contato com a leitura, para que ele possa pensar, questionar. Ademais, trata-se de texto é curto, o que também facilita a leitura. O gráfico, por sua vez, contribui para que o aluno possa praticar a interpretação do gênero em questão, tendo em vista as dificuldades de muitos alunos em ler ou interpretar figuras, mapas e gráficos.

Além disso, são perguntas que podem estar relacionadas à realidade do aluno, o que tende a contribuir para que ele, o estudante, possa questionar ou trazer informações do seu estado, cidade ou município, sobre a questão dos transportes e também sobre o avanço das tecnologias, assim como abrir, ainda, questionamentos sobre pontos positivos e negativos.

Figura 9 - Unidade II – Questão 1.

- 1 Observe as informações abaixo e comente a relação entre o aumento da população e a escassez de água.



Fonte: CLARKE, R.; KING, J. *O atlas da água*. São Paulo: Publifolha, 2005. p. 23.

Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

região com maior número de conflitos é o Sudeste – número que cresceu depois do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015. O maior número de famílias atingidas, entretanto, está no Norte: 16 mil.

MADEIRO, Carlos. Conflitos por água crescem 150% no Brasil em 5 anos, aponta estudo. *Uol*, 17 abr. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/04/17/conflitos-por-agua-crescem-150-no-brasil-em-5-anos-aponta-estudo.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

- 3 Observe a tira abaixo e, em seguida, responda às questões.



Na questão 1, figura 9, após uma análise, destacamos a importância de se ter atividades nesta modalidade, ou seja, de comparações e observações. A questão, como é possível observar, traz uma imagem bem nítida e explicativa, diferentemente de outras questões que já estamos acostumados a ver nos livros didáticos.

Com isso, é possível perceber, após a análise da coleção didática Araribá Mais Geografia, o grau de importância que cada exemplar dá ao utilizar linguagens variadas, como, por exemplo, diferentes gêneros textuais (tirinhas, charges, poesias), além de mapas, gráficos e tabelas. Outrossim, os objetos dos conhecimentos estão paralelos com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

Na atividade a seguir, figura 10, temos um exemplo de atividade que é muito importante, pois se trata de uma atividade em grupo, possibilitando a interação entre alunos e até mesmo entre professores, sendo, ainda, uma questão que possui um tema muito relevante, o que pode gerar e despertar ainda mais o senso crítico do aluno, estendendo-se até para fora da sala de aula.

Figura 10 - Unidade II – Questão 2.

2 Leia a reportagem a seguir e converse com os seus colegas sobre os motivos do crescimento dos conflitos por água no Brasil.

Conflitos por água crescem 150% no Brasil em 5 anos, aponta estudo

O número de conflitos por água no país cresceu 150% entre 2011 e 2016, saltando de 69 para 172. Os dados são do levantamento "Conflitos no Campo Brasil 2016", divulgado nesta segunda-feira (17) pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Segundo a entidade, os conflitos atingiram 44 mil famílias no ano passado e chegaram ao maior número desde 2002 – quando a pesquisa desse tipo de disputa começou a ser feita pela comissão.

Dos 172 conflitos de 2016, 101 (58%) ocorreram por decisões de uso e preservação da água; 54 (31%) por criação de barragens e açudes e 17 (10%) por apropriação particular. A

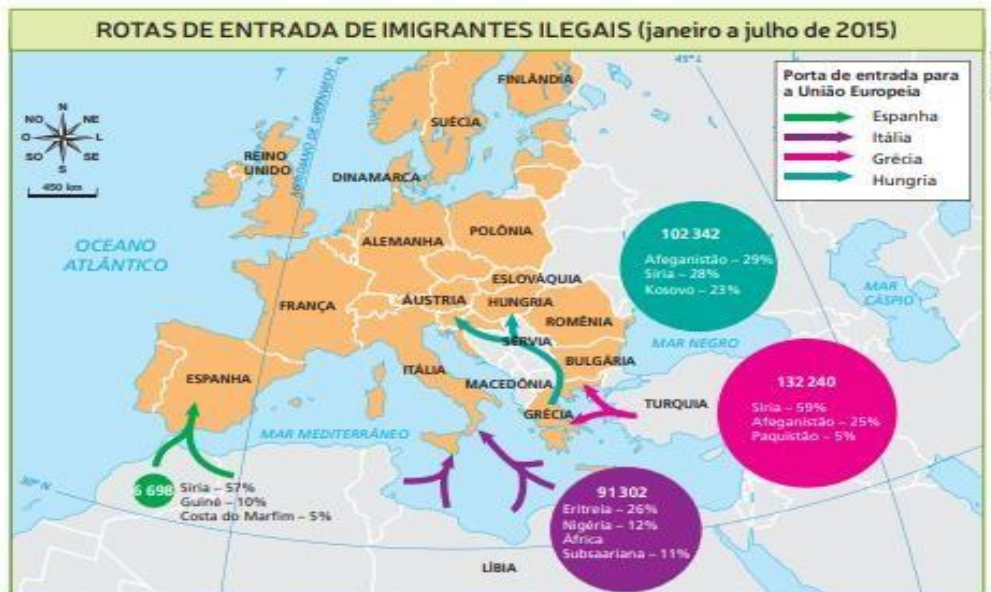
região com maior número de conflitos e o Sudeste – número que cresceu depois do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG), em novembro de 2015. O maior número de famílias atingidas, entretanto, está no Norte: 16 mil.

MADEIRO, Carlos. Conflitos por água crescem 150% no Brasil em 5 anos, aponta estudo. *Uol*, 17 abr. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/04/17/conflitos-por-agua-crescem-150-no-brasil-em-5-anos-aponta-estudo.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

Figura 11 - Capítulo 6 – Europa: economia e população (2018).

- 4 O mapa a seguir mostra as principais rotas de entrada de refugiados que imigram ilegalmente para a Europa.
- a) Por que os sírios foram um dos principais contingentes de imigrantes que tentaram entrar na Europa?
 - b) Quais motivos levam os africanos a migrar para o continente europeu?
 - c) Como são as condições de travessia dos imigrantes pelo mar Mediterrâneo?



Elaborado com base em dados obtidos em: LOOKING for a home. *The Economist*, 29 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.economist.com/europe/2015/08/29/looking-for-a-home>>. Acesso em: 22 out. 2017.

Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

A atividade acima, como podemos observar, trata de um assunto muito importante: migração. Cabe destacar que ela proporciona ao aluno um olhar diversificado para responder às questões que serão abordadas durante a aula, além de trazer um elemento cartográfico muito importante para a Geografia, que é o mapa, o que proporciona ao aluno a um olhar observador sobre diversos aspectos no processo migratório em uma determinada data, podendo, ainda, despertar uma curiosidade desse processo em outros anos e nos dias atuais. Porém, é necessário também que o professor esteja preparado para diversificar a aula por meio de um assunto ou conteúdo

Com isso, percebemos a importância de o professor estar em constante busca de aprendizado para que determinado assunto possa ser tratado de maneira dinâmica e participativa, sendo necessário, para tanto, como supracitado, que este profissional possua uma formação sólida.

Na figura a seguir, podemos observar um exemplo de atividade em que o professor pode se utilizar da contemporaneidade, que é a questão do desmatamento. Na seção, o livro traz um texto e logo em seguida duas questões sobre a vegetação do continente asiático. As atividades, por sua vez, exigem uma leitura do mapa, com vistas às respostas das questões, sendo necessário, portanto, um olhar atencioso do aluno.

Com isso, o professor pode trazer para a sala de aula outras questões, como as principais causas do desmatamento, pensando a realidade brasileira, e qual a vegetação do nosso continente. Ademais, evidenciamos que a referida atividade pode levar o aluno a (re)pensar o tema desmatamento, assim como podemos erradicar tal problema.

Figura 12 - Capítulo 10 – O continente asiático (2018).

VEGETAÇÃO

No extremo norte da Ásia, predomina a Tundra, tipo de vegetação resistente aos solos denominados **permafrost**; e mais ao sul, a Taiga (Floresta de Coníferas), intensamente explorada pela indústria de madeira e celulose.

Nas regiões com ocorrência de climas Equatorial e Tropical, encontram-se florestas Tropicais e Equatoriais, com alta biodiversidade. No subcontinente indiano, também há ocorrência de Savanas em áreas semiúmidas.

Na Ásia Central, a vegetação é constituída, principalmente, de espécies típicas das Estepes e dos Desertos, devido aos climas mais secos. Já na parte oriental do continente, existem florestas dos tipos Subtropical e Temperada.

Desmatamento

Cerca de 60% da Floresta Tropical da Ásia já foi devastada. As árvores nativas são derrubadas para dar lugar a campos destinados à agricultura ou à formação de pastos para a pecuária. A madeira é usada como fonte de energia ou como matéria-prima para as indústrias de móveis e de papel. Além de comprometer a biodiversidade, o desmatamento deixa os solos descobertos e mais expostos à erosão.

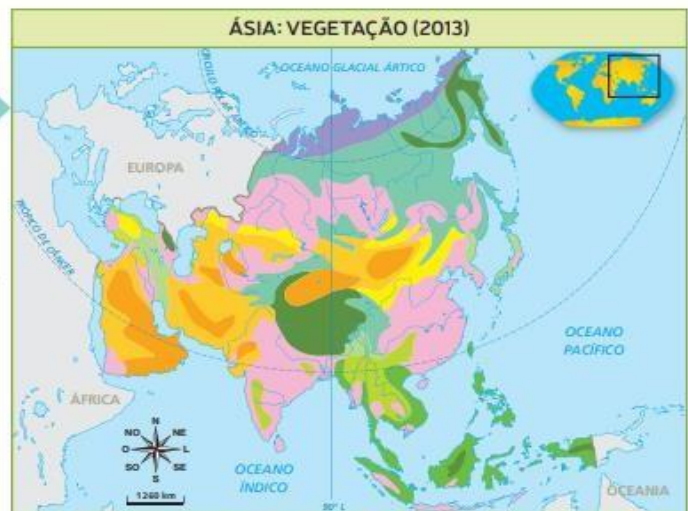
Permafrost

Tipo de solo que fica congelado durante o ano inteiro. Muito comum na região ártica, é composto de terra, rochas e água em estado sólido (gelo). Nele se desenvolvem apenas espécies vegetais com raízes pouco profundas.

Ler o mapa

1. Que tipo de vegetação nativa predomina atualmente na Zona Tropical?
2. Cite tipos de vegetação encontrados no Brasil que apresentam características semelhantes.

	Tundra
	Floresta de Coníferas (Taiga)
	Floresta Temperada e Subtropical
	Vegetação mediterrânea
	Pradaria
	Estepe
	Deserto
	Savana
	Floresta Tropical e Equatorial
	Vegetação de altitude
	Áreas cultivadas



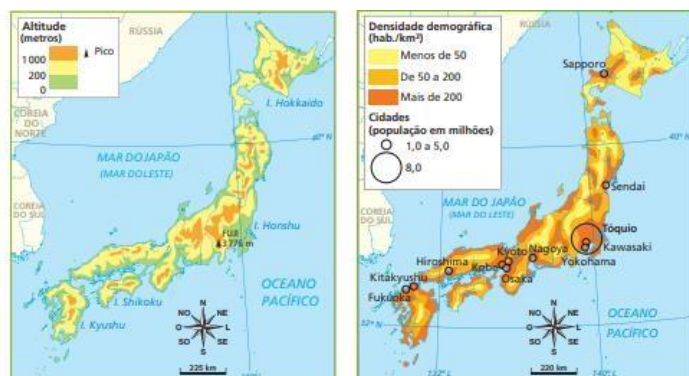
Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 24.

Unidade V – O continente asiático

Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

Analisando outra atividade, conforme figura 13, podemos perceber que a mesma traz questões mais elaboradas sobre os mapas, solicitando que o aluno faça uso da criatividade.

Figura 13 - Capítulo 13 – Japão e Tigres asiáticos (2018).



Fonte: FERREIRA, Graça M. L. *Atlas geográfico: espaço mundial*. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2013. p. 106.

- a) De que assunto tratam os dois mapas? Verifique as informações que eles contêm e dê um título para cada um deles.
 - b) Redija um parágrafo explicando de forma sucinta a relação existente entre os dois mapas.
- 2** Descubra o Tigre Asiático descrito em cada um dos itens a seguir. Escreva no caderno.
- a) A atividade industrial é de extrema importância para o país; seu relevo montanhoso impede o maior desenvolvimento da agricultura.
 - b) O território foi alvo de muitas disputas entre chineses e japoneses até que, em 1949, tornou-se um Estado à parte, capitalista, com fugitivos do regime socialista implantado na China.
 - c) É um dos maiores centros financeiros e de serviços do mundo. Foi devolvido à China em 1997, porém manteve sua estrutura de governo autônoma e seu sistema socioeconômico.

Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

A atividade da figura 13 também pode ser realizada em dupla ou grupo, para que a análise dos mapas possa ter mais opções de buscas das respostas e também tornar a aula mais participativa, para isso:

O professor, portanto, deveria pensar se o que está fazendo em sala está dando condições aos seus alunos de agirem no mundo real de maneira eficiente através da linguagem, de forma que possam exercer a cidadania, conscientes sobre o papel da linguagem na construção de identidades e no estabelecimento das relações de poder (SCARAMUCCI; RODRIGUES, 2005, p. 70).

Portanto, é importante que o professor dialogue com a turma por meio destas atividades, assim como trazê-las para o mundo ou o lugar onde estes alunos estão inseridos, pois, com isso, o professor crítico passa a desempenhar a função de mediador no processo de construção de sentidos e de desestabilização de estereótipos que podem surgir durante a realização de tarefas propostas pelos Livros Didáticos. Nas atividades da figura 14, por sua vez, a questão 2, letra B, traz exatamente isso. O capítulo fala sobre Oceania, mas a proposta da atividade é trazer para o Brasil.

Figura 14 - Capítulo 16 – Oceania: Quadro natural e sociedade (2018. p. 239).

- 1 Em seu caderno responda as seguintes perguntas:
 - a) Por que a Oceania é considerada um "continente-arquipélago"?
 - b) Qual é o maior país do continente?
 - c) Quais são os países considerados com maior desenvolvimento da Oceania?
 - d) Que atividade vem sendo desenvolvida nos últimos anos para ajudar a economia dos pequenos países da Oceania?
- 2 Sobre os povos aborígenes e maori, responda os itens abaixo:
 - a) Que tratamento os dois povos receberam dos colonizadores britânicos?
 - b) Como estão, atualmente, esses povos no que se refere à composição da população da Oceania e à preservação dos seus costumes?
 - c) Você acha que a situação enfrentada pelos nativos da Oceania pode ser comparada à dos indígenas do Brasil? Justifique.
- 3 Sobre a Apec, responda:
 - a) Em termos de localização, o que todos os seus países têm em comum?
 - b) Que diferenças entre os países dificultam o estabelecimento de uma zona de livre-comércio entre eles?
 - c) Em relação às articulações econômicas, o que difere a Austrália e a Nova Zelândia dos outros países da Oceania?
- 4 Identifique os países da Oceania representados nas imagens A e B e escreva o nome deles no caderno, justificando sua resposta.



Fonte: Volumes da Coleção Araribá Mais Geografia da Editora Moderna (2018).

Algumas questões não contribuem para a formação do aluno crítico, sendo importante que o professor saiba fazer uso destas e possa trazer à tona os sentidos nelas embutidos, levando os alunos a realizar uma leitura/compreensão/interpretação daquilo que está nas linhas, nas entrelinhas e por trás das linhas do texto (independente do gênero trabalhado).

Nesse íterim, as atividades de leitura são muito importantes, pois é através da leitura que os alunos começam a descobrir o mundo e os seus horizontes. É a partir da prática de ler que o aluno pode discutir diferentes tópicos e construir seus preceitos, ideologias e crenças, que os acompanharão por toda a sua vida.

Sobre tudo o que foi visto nas atividades e exercícios propostos, a obra didática traz consigo vários textos de leitura antes de responder as atividades. Nesse sentido, Correia (2006) fala, em seu trabalho, sobre atividades de leitura ativa e passiva. Para a autora, uma atividade de leitura passiva é quando não existe uma discussão sobre o texto. Ou seja, a atividade apenas requer do aluno resposta superficiais, e de preenchimentos de lacunas; o silêncio prevalece nessas

atividades. Por outro lado, as atividades de leitura ativa fazem com que o aluno explore toda a extensão do texto e crie sua própria opinião sobre ele.

Pardede (2010, p. 4) fala sobre três abordagens que embasam o processo de leitura, elas são: "A Bottom-up, Top Down e a Schema Theory". A tradicional Bottom-up, segundo Pardede (2010), é uma visão tradicional de ensino e aprendizado, no qual o aluno não precisa decorrer sobre o texto, visto que só são feitas ao aluno perguntas superficiais, necessitando, o aluno, tão somente procurar palavras-chaves ou preencher lacunas sobre o texto. A segunda teoria, a top-down, necessita que o aluno vá do "maior" pro "menor", dos elementos mais gerais do texto para os mais específicos. A Schema Theory, por sua vez, acredita que o processo de leitura integra os conhecimentos prévios dos alunos. Dito de outro modo, a leitura que é feita por esses alunos envolve o conhecimento de mundo de cada sujeito.

Portanto, as tarefas ativas da classe, segundo Correia (2006, p.16-19), exigem que os alunos possam ir além de uma leitura superficial do texto para ler "nas entrelinhas". O livro em análise possui uma atividade de pré-leitura, em que o aluno deve dar a sua opinião acerca do que texto tratará, fazendo, em seguida, uma relação entre os textos abordados.

Isso faz com que o aluno deixe de ser um mero receptor dos assuntos aprendidos e comece a produzir, não sendo mais um aluno passivo, como acontece com as tarefas de leitura passiva que incluem leitura silenciosa, para responder a exercícios de múltipla escolha, questões de compreensão superficial, exercícios de preenchimento de lacunas, falsos testemunhos, vocabulário e trabalho de dicionário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de atividades que despertem no aluno a criticidade é de grande importância, pois, tendo em vista que as mesmas favorecem o desenvolvimento e estimulam a curiosidade, a mente das crianças e adolescentes estará mais aberta e preparada para as reflexões que surgirem no decorrer de suas vidas, podendo também, elencar estas atividades que o livro didático propõe, com outros recursos.

Posto isto, é relevante e necessário, também, a utilização de atividades ou exercícios críticos, os quais podem ser retirados do livro didático de Geografia. No que tange às atividades extra curriculares que o livro proporciona, devemos, enquanto professores, utiliza-las para incrementar e enriquecer ainda mais as aulas, proporcionando debates e questionamentos.

Sendo assim, a partir das atividades que foram analisadas no livro do 9º ano (Araribá Mais Geografia da Editora Moderna), foi possível notar atividades com estes quesitos, favorecendo o senso crítico, trazendo questionamentos para realidade de aluno, interpretações de gráficos e imagens, como também debates em sala de aula e trabalhos em grupos e assuntos atuais.

Concluindo a análise dos exercícios da coleção, demonstrou-se satisfatória, pois, ocasionam e proporcionam ao aluno pensar e fazer questionamentos para chegar à resposta solicitada e não apenas pedindo uma resposta pronta ou mecânica; Além disso, a coleção traz atividades em que o professor pode utilizar da interdisciplinaridade, ou seja, contribuindo também para outras disciplina da grade curricular do aluno.

Portanto, o aluno deve buscar as respostas de forma crítica-reflexiva, indo de encontro ao que tem se apresentado atualmente no tocante às respostas prontas exigidas em alguns materiais didáticos. Todavia, é de salutar a escolhas de livros didáticos que proporcionem estes pensamentos críticos e que o professor entenda que deve estar sempre buscando se atualizar e trazer para realidade do aluno, por intermédio de determinado conteúdo trabalhado em sala de aula, temas que contribuam para uma formação plena do educando.

REFERÊNCIAS

- ABRELIVROS. Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais. **Anuário Abrelivros 2022, PNLD**. Disponível em: <https://www.abrelivros.org.br/anuario/>. Acesso em: 06 nov. 2022.
- ARARIBÁ MAIS: GEOGRAFIA. Organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editor responsável Cesar Brumini Delloro. 1. ed. - São Paulo: Moderna, 2018.
- BEZERRA, H. G.; DE LUCA, T. R. Em busca da qualidade. PNLD História – 1996-2004. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Livros didáticos de História e Geografia**. Avaliação e Pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- BITTENCOURT, C. F. **A história do livro didático brasileiro**. 2019.
- BOLIGIAN, L. *et al.* **Geografia, espaço e vivência: a organização do espaço brasileiro**, 7º ano. São Paulo: Atual, 2009.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.
- BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília DF, 1961. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- CALLAI, H. C. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. In: Castrogiovanni, A. C. *et al.* **Geografia em sala de aula**. Práticas e reflexões. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/1999, p. 57-63.
- CALLAI, H. C. A formação do profissional da geografia: o professor. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. 168 p.
- CASSIANO, C.C. F. **Circulação do livro didático: entre práticas e prescrições. Políticas Públicas, editoras, escolas e o professor na seleção do livro escolar**. 2003. Dissertação (Mestrado) - São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
- CASTROGIOVANNI, A. C. *et al.* **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.
- CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B. A questão do livro didático em Geografia: elementos para uma análise. Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre, **Associação Brasileira de Geógrafos**, v. 16, n. 1, p. 17-20 (Seção Porto Alegre), 1988.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 2003.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia e Práticas de Ensino**: Goiânia: Alternativa, 2002.

CORREIA, R. Encouraging Critical Reading in the EFL Classroom. **English Teaching Forum**. N. 1, p. 16-19, 2006.

CHOPPIN, A. História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, São Paulo, Faculdade de Educação/USP, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez., 2004.

CRUZ, G. S. **Região**: uma análise das obras didáticas de geografia a partir do PNLD. 2021, 188f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-graduação em estudos Territoriais (PROET). GEO(BIO)GRAFAR – Geografia, Diversas Linguagens e Narrativas de Professores, 2021.

D'AVILA, C. M. **Decifra-me ou devorarei**: o que pode o professor frente ao livro didático? Salvador: EDUNEB; EDUFBA, 2008.

FNDE. **Histórico**. (MEC). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 06 nov. 2022.

FNDE. **Funcionamento**. (MEC). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento#:~:text=Ades%C3%A3o%20%2D%20As%20escolas%20fe,estabelecidos%20pelo%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 06 nov. 2022.

GATTI JÚNIOR, D. **A escrita escolar da história**: livro didático e o ensino no Brasil. Bauru, SP; Edusc; Uberlândia, MG; Edefu, 2004.

HESPANHOL, N. A. A avaliação oficial de livros didáticos de Geografia no Brasil: o PNLD 2005 (5ª a 8ª séries). In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Livros didáticos de Geografia e História**: avaliação e pesquisa. São Paulo, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MEKSENAS, P. O uso do livro didático e a pedagogia da comunicação. In: PENTEADO, H. D. (Org.). **Pedagogia e comunicação**. Teorias e práticas. São Paulo: Cortez, 1998.

MIRANDA, S. R.; DE LUCA, T. R. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, v. 24, p. 123-144, 2004.

MIRANDA, S. R.; DE LUCA, T. R. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.48, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n48/a06v24n48.pdf/>>. Acessado em 20 de setembro de 2015.

NÚÑEZ, I. B. *et al.* A seleção dos livros didáticos: um saber necessário ao professor: o caso do ensino de ciências. OEI - **Revista Iberoamericana de Educación**, 2003.

OLIVEIRA, J. B. A. *et al.* **A política do livro didático**. Campinas: UNICAMP, 1984.

PARDEDE, P. A review on Reading Theories and its Implication to the Teaching of Reading. **Presented in English Department Bimonthly Forum of FKIP-UKI**, 31 June, 2010.

PINA, P. P. G. **A relação entre ensino e o uso do livro didático**. 2009. 104 f. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa 2009.

SCHMIDT, S. Os primeiros livros didáticos. **Revista Pesquisa Fapesp**, (305) jul. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-primeiros-livros-didaticos/>. Acesso em: 18 out. 2022.

SILVA, V. P. **Sociedade e território**. Natal, v. 12, n. 1, jan./jun., 1998.

SILVA, L. M. Livros didáticos de geografia: uma análise sobre o que é produzido para os anos iniciais do ensino fundamental. *Caminhos de Geografia - revista online*, Uberlândia, v.15, n. 52, p.173, dez. 2014.

SIMIELLI, Maria Helena Ramos. Cartografia no ensino fundamental e mé dio. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **A geografia em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 92-108.